

## MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 25 DE ABRIL DE 2019

### 02.03 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – ANO ECONÓMICO 2019 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 16474**, datado de **2019.04.16**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.04.15, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta citada em epígrafe, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, sobre o assunto designado em epígrafe, prestou a sua informação n.º 35/19, datada de 09 do corrente mês, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “Na sequência de solicitação do Exmo. Sr. Presidente do Órgão Executivo e nos termos do ponto 8.3.1, particularmente face ao disposto na alínea a) do ponto 8.3.1.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e em observância aos princípios orçamentais definidos no ponto 3.1 do citado diploma apresenta-se, em anexo, a 1.ª proposta de revisão orçamental relativa ao ano económico de 2019, na qual consta: -----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita – Ano económico de 2019; -----
- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa – Ano económico de 2019; -----
- 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2019/2022. -----

#### Receita -----

#### ----- Quadro – Resumo do Orçamento da Receita -----

Designação	Dotações Actuais	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Dotações Corrigidas
Receitas Correntes	31 296 793,00	0,00	1 160 650,00	30 136 143,00
Receitas de Capital	11 644 982,00	0,00	3 295 019,26	8 349 962,74
Outras Receitas	19 575,00	5 455 669,26	0,00	5 475 244,26
<b>Total das Receias</b>	<b>42 961 350,00</b>	<b>5 455 669,26</b>	<b>4 455 669,26</b>	<b>43 961 350,00</b>

uni: Euro

Neste âmbito, afeta-se à receita municipal o saldo orçamental da gerência apurado referente ao exercício de 2018 (conforme mapa de fluxos de caixa constante nos documentos de prestação de contas de 2018, no qual se apurou um saldo positivo de 5.455.669,26 euros), tendo como contrapartida as seguintes anulações parciais: -----

- a) 330 mil euros nos impostos indiretos (Saneamento) – O processo de revisão desta taxa encontra-se atualmente suspenso, em virtude de se ter determinado a constituição de empresa intermunicipal nesta área, estando em fase de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas; -----
- b) 220 mil euros nos impostos nas taxas (Saneamento) – Idem à alínea anterior; -----
- c) 395 mil euros na taxa turística – Após o período de auscultação pública, encetaram-se contactos com diversas associações empresariais representantes de agentes económicos que operam nesta área de negócio, estando em elaboração versão final do regulamento e da respetiva taxa turística, a submeter posteriormente aos órgãos municipais. Contudo, face ao hiato temporal já ocorrido e à fase prévia de implementação necessária, apenas será exequível a captação de receitas, neste âmbito, no ano económico de 2020; -----
- d) 215.650 euros nos serviços correntes (Resíduos sólidos) – Idem ao disposto na alínea a); ---
- e) 2.295.019,26 euros nas Outras Receitas de Capital – Anulação de valor previsto no orçamento municipal que, conforme disposto no documento inicial, estabelecia uma previsão prudente do saldo de gerência a incorporar por via dos resultados entretanto apurados. -----
- Em suma, o orçamento global da receita sofre um aumento em 1 milhão de euros. -----

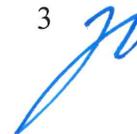
**Despesa** -----

----- **Quadro – Resumo do Orçamento da Despesa** -----

				uni: Euro
Designação	Dotações Actuais	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Dotações Corrigidas
Despesas Correntes	24 032 050,00	85 000,00	0,00	24 117 050,00
Despesas de Capital	18 929 300,00	915 000,00	0,00	19 844 300,00
<b>Total de Despesas</b>	<b>42 961 350,00</b>	<b>1 000 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>43 961 350,00</b>

Neste contexto, face ao aumento global das receitas em 1 milhão de euros, efetuaram-se as seguintes inclusões/correções: -----

- a) Aumento em 85 mil euros na classificação económica 02/0602030599 – para possível incorporação das dívidas a assumir de entidade participada pelo Município de Ourém (Fatiparques – Parque de Negócios Ourém/Fátima S.A), em virtude de dissolução pretendida promover em ato contínuo, conforme reflexo complementar, disposto na alínea seguinte; -----
- b) Aumento em 300 mil euros na classificação económica 03/090701 – 08/009 – 2019/88-1, enquanto previsão para aquisição do capital social dos restantes parceiros na entidade Fatiparques – Parque de Negócios Ourém/Fátima S.A, tendo em vista a sua imediata dissolução e conseqüente assunção dos seus ativos e passivos. -----



c) Aumento em 555 mil euros na classificação económica 02/07030308 – 09/001-2019-96, enquanto reforço para a recuperação e beneficiação de estradas e caminhos municipais; -----

d) Aumento em 60 mil euros na classificação económica 02/07010301 – 12/001-2019/127, para a assunção de eventual acordo de indemnização a estabelecer com a Construtura San José, no âmbito da Construção do Edifício Sede do Município, entidade que requereu um valor de 298.863,22 euros, mas que o Município de Ourém contrapôs com um valor de 150 mil euros, a pagar em três anos, conforme o seguinte cronograma e não obstante a autarquia pretender imputar este encargo à entidade responsável pelo projeto, no âmbito de ação judicial encetada:

- 60 mil euros em 2019, após estabelecimento de acordo; -----
- 45 mil euros em 2020, em duas prestações de 22.500 euros, a ocorrerem em junho e dezembro; -----
- 45 mil euros em 2021, em duas prestações de 22.500 euros, a ocorrerem em junho e dezembro. -----

Em resultado das alterações promovidas ao orçamento da despesa (incluindo GOP's), o seu valor global aumentou 1 milhões de euros, mantendo-se, deste modo, o princípio do equilíbrio, em virtude de igual aumento ocorrido no orçamento da receita. -----

Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as revisões orçamentais. -----

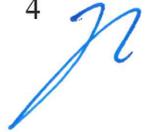
À consideração superior, ". " -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: "VOU LER-VOS 3 AFIRMAÇÕES PROFERIDAS NA AMO DE DEZEMBRO DE 2018 RESPEITANTES AO ORÇAMENTO PARA 2019 E QUE CONSTAM EM ATA -----

VEREADORES DA OPOSIÇÃO (PS) QUE PRIMEIRA VEZ NA HISTORIA DA AMO TIVERAM QUE FAZER UMA DEFESA DA HONRA EXPLICANDO O PORQUE DO VOTO CONTRA AO ORÇAMENTO -----

«...pois naturalmente nunca votaríamos contra todas as políticas que de alguma forma vão ao encontro das necessidades dos ourenses. Não votamos contra a continuidade de obras tão relevantes e que já vem de trás como sendo obras de saneamento, requalificação da Vila



Medieval, do cineteatro, dos Jardins e Parques, dos vários centros escolares, aos apoios às coletividades, às Juntas de Freguesia, aos Bombeiros, à requalificação de Zonas Industriais e muitos mais. Nem tão pouco estamos contra as propostas que são bandeira deste Executivo como a Start Up's ou mesmo o apoio à Natalidade embora com um cunho diferente se fossemos nós a governação da Câmara.» -----

E, por fim terminamos: «Mas podemos aqui relembra-las e que fique claro que as RAZÕES DO NOSSO SENTIDO DE VOTO prendem-se sobretudo pela inscrição no Orçamento de 2019 da TAXA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA e pelo caminho dado ao ajustamento das TAXAS E CUSTOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO E DE RESÍDUOS URBANOS.» -----

ORLANDO CAVACO DEPUTADO MUNICIPAL QUE ACUSOU O VERADORES DE VOTAREM CONTRA TODOS OS INVESTIMENTOS DO ELENCO CAMARARIO -----

“Surpreendentemente, os vereadores do Partido Socialista votaram contra todos estes investimentos. Este é um facto que não o vão poder esconder junto da população e que certamente vai estar na nossa memória no decorrer do ano de 2019.” -----

LUIS ALBUQUERQUE – PRESIDENTE DE CAMARA - DOCUMENTO DE APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO -----

“Este é um Orçamento de combate à imprevisibilidade e como tal, é um Orçamento realista, **rigoroso** e que aposta na estabilidade, na confiança ....” -----

**PASSEMOS ENTÃO À QUESTÃO EM QUE DERAM ORIGEM AO 1º ORÇAMENTO RETIFICAIVO** -----

**TAXAS E TAXINHAS** -----

SANEAMENTO E ÁGUAS E TAXA TURISTICA -----

- **SANEAMENTO E ÁGUAS (AUMENTO DE QUASE 1 MILHÃO E 800 EUROS)** -----

- NO ORÇAMENTO PARA 2019, VEIO O EXECUTIVO ARGUMENTAR COM AS AMEAÇAS FINAIS, QUASE UM DRAMA, DA POSSIBILIDADE DE NÃO SER POSSIVEL CONCORRER A NOVOS FUNDOS COMUNITARIOS E TER MESMO QUE DEVOLVER OS QUE JÁ TINHAM SIDO CONCEDIDOS. TUDO TINHA QUE SER AUMENTADO, À BRUTA, SEM OLHAR AO CUSTO QUE IRIA ACARRETAR PARA A POPULAÇÃO DO NOSSO CONCELHO. -----

VEJAMOS ENTÃO A MANEIRA COMO ISTO TUDO FOI **COZINHADO:** -----

- EM FINAL DE 2017 TODOS OS MUNICIPIOS DA CIMT ACORDARAM INICIAR UM ESTUDO COM VISTA À AGREGAÇÃO DOS SISTEMA DE SANEAMENTO E ÁGUAS



RESIDUAIS EM “BAIXA”. DESSE ESTUDO CONCLUIU-SE SER VANTOJOSA A CRIAÇÃO DE UM SISTEMA INTERMUNICIPAL. -----

- EM 18-07-2018 FOI APROVADA, POR UNANIMIDADE, EM REUNIÃO DO MUNICIPIO DE OURÉM, A INTENÇÃO DO MUNICIPIO EM ADERIR A ESTA EMPRESA INTERMUNICIPAL. --

- EM REUNIÃO DE CAMARA DE 08-2-2019 FOI APROVADA A ADESÃO À EMPRESA INTERMUNICIPAL QUE FOI TAMBEM RATIFICADA EM SESSÃO DA AMO. -----

OU SEJA, EM FINAIS DE DEZEMBRO 2018 ERA PRECISO O AUMENTO BRUTAL DE TAXAS DE SANEAMENTO E MENOS DE 1 MÊS DEPOIS JÁ NÃO ERA PRECISO AUMENTO NENHUM. SOLUÇÃO MILAGROSA E RAPIDA. -----

**ENTÃO O QUE FOI ISTO?** -----

FOI SIMPLEMENTE UMA JOGADA POLÍTICA PARA TENTAR ACHINCALHAR O ANTERIOR EXECUTIVO MUNICIPAL E EXPONENCIAR PUBLICAMENTE, UM TEMA, EM QUE O MESMO NÃO FOI, DE FACTO, DEVIDAMENTE DILIGENTE. -----

MAS NÃO PODE VALER TUDO EM POLÍTICA! CLARO QUE A SOLUÇÃO ESTAVA A SER PREPARADA Há MAIS DE 1 ANO E PODERIA E DEVERIA TER SIDO DITO ISSO MESMO, AQUANDO DA APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO. POLÍTICA A SÉRIO E À SERIA É ASSIM. -----

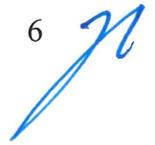
**- TAXA TURISTICA** -----

QUANTO À TAXA TURISTICA JULGO NEM SEREM PRECISAS GRANDES PALAVRAS, TANTAS AS VEZES QUE AQUI ALERTÁMOS QUE ISTO IRIA ACONTECER. TUDO À BRUTA PORQUE A “ANSIA” DE COBRANÇA É IMPARAVEL E INSACIAVEL -----

COMO DIZ O POVO “PELA BOCA MORRE O PEIXE”. -----

QUE NÃO SEJA ESQUECIDOS PELOS AGENTES DE TURISMO DE FATIMA E PELA POPULAÇÃO DE FATIMA, QUEM FORAM OS INTERVENIENTES POLITICOS QUE QUISERAM UMA TAXA TURISTICA CEGA E QUEM FOI QUE CONSEGUIU EVITAR ISSO, PELO MENOS DURANTE O ANO DE 2019 -----

COMO COROLARIO PODEMOS AFIRMAR QUE VAMOS VOTAR **CONVICAMENTE** A FAVOR DESTE ORÇAMENTO RETIFICATIVO, PORQUE O MESMO VEM COLMATAR A ESMAGADORA MAIORIA DAS SITUAÇÕES QUE NOS LEVARAM A VOTAR CONTRA O ORÇAMENTO, PROPONDO-SE AINDA O EXECUTIVO A UTILIZAR O SALDO DE GERENCIA, QUE PROVEM DAS POUPANÇAS DEVIDAS À FALTA DE INVESTIMENTO EM



2018, PARA QUE A POPULAÇÃO E AS EMPRESAS DO NOSSO CONCELHO VEJAM DESAGRAVADOS OS POTENCIAIS AUMENTOS COM TAXAS E TAXINHAS. -----  
PARA FINALIZAR, NA MINHA MODESTA OPINIÃO, QUE FICARIA BEM AO CARO COLEGA, DEPUTADO MUNICIPAL, ORLANDO CAVACO, FAZER UM MEA CULPA PELAS DECLARAÇÕES PROFERIDAS E AQUI REPETIDAS, ATÉ PORQUE NEM SEMPRE ACERTAMOS NO QUE DIZEMOS E A ACEITAÇÃO DO ERRO É UMA PROVA DE HUMILDADE.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “A intervenção proferida fala em falta de investimento, disse que o valor de 5.300.000,00 euros tem a ver com a falta de investimento. Recordo o valor de investimento que está inscrito em 2018, no relatório que aqui aprovaram hoje, 5.958.823,33 euros. -----

No ano de 2014 era de 4.370.000,00 euros, menos 1.600.000,00 euros do que em 2018. -----

No ano de 2015, 4.652.000,00 euros, menos 1.300.000,00 euros do que em 2018. -----

No ano de 2016, 4.701.196,63 euros, menos 1.200.000,00 euros do que em 2018 -----

Apenas em 2017, ano eleitoral que coincidiu com a visita do Papa ao nosso país e a Fátima, é que o investimento foi superior a 8.300.000,00 euros. -----

Assim, o argumento usado é uma falácia. Isso aconteceu porque nós poupamos o que não acontecia no passado. Basta olhar para o relatório que foi apresentado hoje, vejam a diferença.

Quanto às taxas de saneamento, os senhores foram irresponsáveis porque não aumentaram quando o Tribunal de Contas recomendou que isso acontecesse, tiveram três anos em que não o fizeram, tendo sido nós a fazê-lo agora. -----

Quanto à taxa turística, quando a lançamos foi para consulta pública, para recolha de contributos, tendo sido feito com sentido democrático. Mas, não vi nenhuma sugestão sua, não contribuindo para o documento que virá aqui a esta Assembleia Municipal para apreciação e votação. E a proposta que virá será diferente da que foi apresentada em sede de reunião camarária, tendo sofrido uma revisão em alta.” -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Estamos a tratar de uma proposta de orçamento retificativo que se traduz num aumento de receita e deveria ser sobre a aplicação desse aumento de receita que nos deveríamos estar aqui a pronunciar, em primeiro lugar. -----

Percebo que o PS - aliás, o partido em Portugal que mais taxas e taxinhas aplicou e aplica - queira criticar o Executivo, mas é preciso que se saiba que, salvo erro, o Executivo não propôs até ao momento qualquer aumento seja de IRS, IMI, Derrama, etc. -----

Quando falamos de rigor, temos de ser rigorosos em toda a linha. E rigor em toda a linha significa isso: que ainda não houve qualquer aumento de qualquer taxa. Falar no debate sobre orçamento e prestação de contas de um executivo de taxas e taxinhas, como quis o PS, merece resposta irónica: bem-vindo, Partido Socialista, à linha de não haver taxas nem taxinhas, porque, na verdade, taxas e taxinhas complicam, de facto, a vida quer dos munícipes quer das empresas.-----

Gostaria ainda de dizer ao PS que não lhe é lícito ficar com o exclusivo daqueles que disseram que não queriam aquela taxa turística. Em nenhum momento ouviu uma palavra que fosse do CDS a favor ou contra aquela taxa turística, em nenhum momento. Não pode, por isso, vir aqui dizer que foi o único Partido contra a taxa turística. Gostaria de deixar isto aqui bem claro. Recordaria, aliás, a minha própria intervenção aqui, aquando da discussão e aprovação do orçamento, em que eu disse que a aprovação da proposta de Orçamento não poderia significar, como não significou, a aprovação da taxa de ocupação turística. A Assembleia Municipal ainda não se pronunciou sobre essa matéria. Votar aquele orçamento, como hoje se vê, não significou aprovar aquela taxa, que não existia, uma vez que a taxa teria ainda de ser aprovada em sede de Assembleia Municipal, o que só poderia acontecer mais tarde. E foi exactamente isso o que eu disse na altura da discussão do orçamento. -----

Sobre este assunto, gostaria ainda de deixar uma nota. Se viermos a discutir a criação taxa turística, cá estaremos todos para o fazer em função da proposta que vier a ser apresentada. Mas a questão de princípio subjacente à taxa turística não é a de ser em benefício ou prejuízo de alguém, a questão de princípio é a de sabermos se a taxa turística é aplicável ou não aos munícipes de Ourém. E não é! Este é que deve ser o ponto de partida. Depois, se se considerar que pode vir a afetar algum munícipe, alguma empresa, algum sector em Ourém, então, aí, é que é preciso acautelar o ou os visados. E é isso que suponho estar a ser feito, em conformidade com o que tem vindo a público. Essa é que é a questão essencial. -----

Termino, Senhor Presidente, recordando que, no que diz respeito a esta proposta de orçamento rectificativo, o que se está a propor é um aumento da receita e a aplicação desse aumento de receita. E que deveria ser sobre a aplicação desses recursos que deveríamos estar aqui a discutir.” -----



= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL** expôs o seguinte: “Depois das intervenções proferidas, acho um pouco caricato que para efeitos do taxamento básico não havia ainda certezas sobre a constituição da empresa intermunicipal mas, para efeitos da taxa turística, deveria ser equacionado em termos orçamentais. Como acabou de dizer o deputado Martim, ainda está em discussão pública, nem sequer poderia ser ou não aplicada, e já foi orçamentada. -----

Por um lado, estamos a consolidar serviços porque não sabemos se a empresa intermunicipal vai ser ou não constituída, por outro lado, estamos a considerar receitas num orçamento. A empresa intermunicipal não depende apenas deste município, depende de um conjunto de municípios e até à última instância do Tribunal de Contas. A taxa turística depende deste município. Era um dado como variável controlado pelo município e foi inscrita em orçamento sem ainda haver nenhuma certeza, pelo menos em termos formais, em termos políticos isso, quem tem o poder pode argumentar, mas em termos formais não havia certeza sobre a aprovação dessa taxa. O deputado Martim, que faz parte da maioria, acabou por dizer, por um lado, diz que o PS não pode reivindicar os louros da taxa turística e nem foi isso que foi dito. ---

O deputado Nuno Baptista falou da questão daqueles que lutaram ou pelo menos levantaram a questão. O deputado Martim acabou por dizer que nunca ouviram ninguém do CDS a favor nem contra, então não se pronunciaram. -----

Acho que fica mal ao Presidente da Câmara estar a dizer que o deputado Nuno Baptista não se pronunciou sobre a taxa turística, fazendo parte da Comissão. Mal a ele ficaria se, fazendo parte de uma Comissão sobre o assunto, viesse para a rua com posições pessoais. Ele tinha uma posição e exprimiu-a no órgão para o qual foi eleito por esta Assembleia Municipal para a Comissão Planeamento Estratégico, Atividade Económica e Turismo.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** solicitou a palavra, expondo o seguinte: “Agradeço ao Dr. Subtil esta menção. É um facto que pertencia a esta Comissão, sendo inclusive o relator do relatório que apresentamos nesta Assembleia Municipal. -----

Alguém vir dizer que a taxa turística municipal não estava no orçamento, quando estavam orçamentados quatrocentos mil euros, isso não faz sentido absolutamente nenhum. O facto é que estavam orçamentados os quatrocentos mil euros de taxa turística, sendo retirados agora. E, isso é um dado adquirido. -----

Para terminar, o facto é que não foi feito investimento no ano passado. não foi gasto por inoperância da execução do mesmo. É a nossa opinião e aceitamos outras.” -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS** solicitou a palavra, expondo o seguinte:

“O PS, na sua primeira intervenção, tinha pedido que as pessoas fixassem quem tinha proposto a taxa de ocupação turística e quem a tinha impedido. Quando eu disse que não tinham ouvido uma palavra do CDS, quis dizer que publicamente não tinha havido, como não houve, qualquer tomada de posição pública por parte do CDS-PP em relação à taxa turística. Não quer dizer que o CDS não tenha falado e ouvido as partes interessadas, mas publicamente, de facto, não houve qualquer tomada e posição por parte do CDS sobre a taxa. A alusão que fiz à minha intervenção aquando do debate sobre o Orçamento para 2019 nesta Assembleia, teve justamente a ver com uma questão que estava a ser discutida nesse momento. O PS quis que o contexto da votação do Orçamento para 2019 fosse o de se ser a favor ou contra a taxa de ocupação turística: quem votasse a favor do Orçamento estaria a votar a favor da taxa de ocupação turística! E o que o CDS disse na altura foi que a taxa turística não estava em votação e que, para existir, teria de vir a esta Assembleia para discussão e aprovação. Evidentemente que a proposta de Orçamento incluía os 400 mil euros relativos à eventual taxa. Mas o que o CDS disse na altura e repete hoje é que a aprovação da proposta de Orçamento para 2019 não poderia significar, em circunstância alguma, nem mesmo politicamente, a aprovação taxa de ocupação turística. E, como se vê, não significou. Muito obrigado.” -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhora HELENA SANTOS PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal do MOVE, apresentou a seguinte declaração de voto: “Gostaria de esclarecer que o MOVE votou contra a proposta de orçamento 2019 justamente por causa da questão da taxa turística. Como esta questão agora está acautelada, não há razão nenhuma para não votar a favor.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 25 de abril 2019. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,

